

Morro da Queimada pode virar parque arqueológico

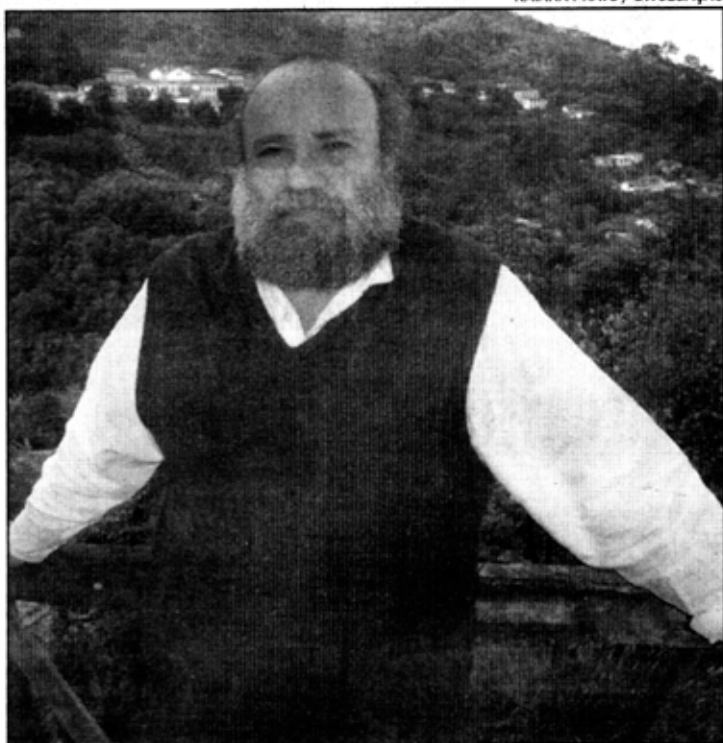
NAIARA PRATO / DIVULGAÇÃO

Construções irregulares e a demora do poder público em liberar recursos para proteger as ruínas do Morro da Queimada ameaçam 300 anos de história em Ouro Preto. A área que abriga vestígios de um dos primeiros arraiais da cidade fica bem perto da Praça Tiradentes e recebeu este nome depois de ter sido incendiado a mando da Coroa Portuguesa, em 1720, no levante de Felipe dos Santos.

Do século XVIII restaram as ruínas ameaçadas pela invasão de moradias irregulares. O morro também abriga minas que abarrotaram de ouro os cofres de Portugal, financiando, por dois séculos, as regalias da família imperial e de seus súditos mais próximos. Há, ainda, pequenos açudes, segmentos de canais de captação d'água, lama aurífera, mundéus - construções feitas para a lavagem do metal - e sarilhos, que são túneis para a ventilação das minas. Tudo está ameaçado.

Arqueólogos acreditam que o subsolo do Morro da Queimada se revele um rico museu natural, com centenas de objetos do período colonial. "Vamos descobrir como os primeiros habitantes da cidade moravam, o que comiam, como era a vida deles, tudo isso será possível conhecer por meio das escavações", observa o arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira, diretor-técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Ouro Preto.

Os moradores buscam recursos para transformar a região em um parque arqueológico para protegê-la. O principal entrave é a morosidade para liberar o recurso. Será necessário pelo menos R\$ 1,2 milhão para a elaboração do projeto do parque. Depois de pronto, o estudo vai detalhar o orçamento para a construção do parque arqueológico, que será um importante sítio para a pesquisa histórica e possibilitará o levantamento e identificação de novas fontes.



Benedito Tadeu, do Iphan, acredita na descoberta de relíquias escondidas

Parte dos recursos foi liberada com a assinatura de contratos com a Caixa Econômica Federal, que liberou R\$ 200 mil, e a Petrobras, que na semana passada oficializou acordo com R\$ 159,8 mil. Para complementar os recursos, o Iphan espera contar com outros patrocinadores e vem mantendo contatos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Hindalco (antiga Novelis) e Fundo dos Direitos Difusos, linha de financiamento do Ministério da Justiça.

O vereador Wanderley Rossi Kuruzu (PT), líder do governo, comemora a chegada dos recursos e acredita que, finalmente, o projeto do parque sairá do papel. "Desde 1996 uma lei já previa a transformação da área em parque arqueológico, coisa que só começou a ser posta em prática agora". Segundo o diretor do Iphan, diversas ações fazem parte do projeto do parque arqueológico. Em parceria com a Prefeitura e a Câmara, está em andamento um programa de regularização fundiária que já removeu 20 famílias que ocupa-

vam a área das ruínas. Os moradores que aceitaram o acordo deixaram o local mediante indenização e o recurso somente pôde ser utilizado para a construção.

TURISMO

A implantação do parque arqueológico vai incrementar o turismo na região, fato que contribuirá para a geração de emprego e renda. Além disso, o Morro da Queimada e bairros de entorno, que hoje sofrem com a falta de infra-estrutura urbana, serão beneficiados com espaços para a prática de esportes e lazer, entre outros equipamentos que contribuirão para melhorar a qualidade de vida da população. Para Juliano Ferreira, estudante do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), a preservação patrimonial deve, necessariamente, integrar o desenvolvimento social. "O patrimônio só faz sentido quando produz benefícios sociais e sua preservação deve acontecer com a participação da comunidade, como prevê a Constituição Federal", disse.